

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Obstáculo ao Plano: Sem ação dos estados, gás natural ainda está longe do ‘choque de energia barata’	2
Título: Expectativa e realidade: os 3 pilares do plano.....	4
Título: Petrobras negocia com sócia venda da Gaspetro na Bolsa	5
Título: Com lama, cidades de MG revivem tragédias	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: A querela da geração distribuída	7

VEÍCULO: O Globo**Data: 02/02/2020****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Obstáculo ao Plano: Sem ação dos estados, gás natural ainda está longe do 'choque de energia barata'**

Seis meses depois de lançado pelo governo, o plano Novo Mercado de Gás ainda está distante do “choque de energia barata” prometido pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para incentivar uma reindustrialização do país. Apesar do avanço de algumas medidas no âmbito federal, o plano que tem como objetivo baixar o preço do gás em 40% sofre resistências nos estados e distribuidoras locais.

A adesão dos estados é considerada fundamental porque cabe a eles mudar a regulação da distribuição local de gás canalizado, incluindo a criação do mercado livre de gás. Trata-se de um ambiente, similar ao que já existe no setor elétrico, no qual empresas consumidoras de gás como fonte de energia poderiam contratar produtores diretamente, sem intermédio da distribuidora.

No nível federal, o programa avançou por conta de um acordo fechado pela Petrobras com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para abrir sua rede de gasodutos a outros agentes, além da área de produção e escoamento. Mas as empresas que poderiam investir em empreendimentos industriais estimuladas pelo gás barato ainda observam com lupa as medidas adotadas nos estados para saber se o plano vai avançar. E a maioria mal se mexeu.

RIO É O PRIMEIRO DA FILA

O Rio de Janeiro deve ser o primeiro a adotar mudanças na regulação local. Também há iniciativas avançadas em Sergipe, Bahia e Espírito Santo.

A reformulação da distribuição do gás, atualmente monopolizado por empresas estaduais, é um dos três pilares principais do plano. Integrantes da equipe econômica ainda esperam que a maior competição na produção e no transporte por gasodutos estimule os estados a mexer na terceira perna da estratégia: a distribuição.

—A modernização da regulação da distribuição de gás será uma consequência natural do Novo Mercado de Gás — diz Alexandre Manoel, secretário de Planejamento e Energia da pasta da Economia.

O governo, no entanto, não esconde que tem pressa. Com o crescimento exponencial da produção de petróleo e gás no pré-sal — que já ultrapassou 60% do total do país —, é preciso estimular investimentos na infraestrutura de escoamento e distribuição e em empreendimentos industriais que possam aproveitar bem a crescente abundância desse combustível no país.

Mas, sem um sinal claro de que o gás vai mesmo se tornar uma fonte de energia barata, os investidores não têm incentivos para tirar projetos do papel. Ter a garantia, já em 2020, de que o preço do gás vai cair é vital para a decisão de investimento e para a negociação de contratos a tempo de aproveitar o que ainda será extraído do pré-sal, dizem especialistas. O governo espera potencializar a redução do preço da molécula (metade do custo total) esperada com o aumento da produção diversificando os fornecedores num mercado dominado até hoje pela Petrobras.

— O ano de 2020 é crítico, pela concretização dos processo de abertura dos mercados, com os estados assegurando que consumidores livres possam fazer a escolha dos seus fornecedores — diz Luiz Costamilan, secretário-executivo de Gás Natural do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP).

PREÇO AINDA FORA DA CURVA

O preço do insumo é formado pelo custo da molécula de gás, do transporte (dutos que ligam unidades de processamento a distribuidoras), da distribuição e de impostos. Desde o lançamento do plano, não mudou. O preço final do gás no Brasil está, em média, em US\$ 13 por milhão de BTU. Nos EUA sai por US\$ 3.

No Rio, a resolução para abrir o mercado do gás deve ser publicada na próxima sexta-feira. O objetivo é permitir que empresas construam redes próprias, remunerando a distribuidora estadual, que foi privatizada em 1997, apenas pelos custos de operação e manutenção. Assim, o preço do produto poderá cair. O secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio, Lucas Tristão, espera ser possível promover uma nova onda de investimentos industriais no estado com essas medidas:

—O processo de revisão das tarifas de distribuição de gás canalizado está em fase final, de definição das novas margens contratuais e, conseqüentemente, das tarifas para o consumidor. A expectativa é de redução na tarifa para todos os segmentos, beneficiando consumidores residenciais, comerciais e industriais.

Em Sergipe, o avanço nessa área terminou numa disputa judicial antes mesmo do lançamento oficial do programa. O estado autorizou a empresa Centrais Elétricas do Sergipe a construir e operar seus próprios dutos para trazer gás da costa para sua usina termelétrica. A distribuidora local, que não é controlada pelo governo

estadual, entrou na Justiça para assegurar o monopólio nessa atividade. Já sofreu duas derrotas na primeira instância.

—O empenho é grande para que Sergipe tenha o gás mais barato do Brasil, considerando a menor distância dos campos de produção ao litoral, o que reduz o custo de produção — diz o secretário de Desenvolvimento Econômico do estado, José Augusto de Carvalho.

Procurada, Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abe-gás) não quis se manifestar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/02/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Expectativa e realidade: os 3 pilares do plano

O plano: Ampliação da produção de gás natural, com a entrada de novos agentes do setor, eliminando o monopólio da Petrobras. Também foi prevista a criação de regras de acesso com diretrizes da ANP e arbitragem de conflitos.

> Situação atual: A Petrobras se comprometeu junto ao Cade a implementar medidas para facilitar o acesso de terceiros às infraestruturas da indústria de gás natural no país.

> TRANSPORTE >

O plano: Desverticalização, com a venda de ativos de transporte pela Petrobras, e liberação de capacidade em gasodutos para concorrentes.

> Situação atual: Petrobras vendeu a subsidiária de gasodutos TAG e se comprometeu junto ao Cade a também vender outros ativos do segmento de transporte de gás.

> DISTRIBUIÇÃO >

O plano: Incentivos a mudanças nas regulações estaduais para abrir mercado e facilitar a figura dos consumidores livres, que podem estabelecer contratos diretos com os produtores. Petrobras também se comprometeu a vender sua parte da Gaspetro, sócia de várias distribuidoras.

> Situação atual: Essa parte do plano depende dos estados para avançar. Apenas RJ e SE estão mais adiantados.

VEÍCULO: O Globo**Data: 02/02/2020****Seção: Economia****Autor: Ramona Ordonez****Título: Petrobras negocia com sócia venda da Gaspetro na Bolsa**

Privatização da subsidiária que reúne participações da estatal nas distribuidoras estaduais é importante para o plano do gás

Além de abrir espaço para a concorrência na infraestrutura de transporte, a Petrobras também se movimenta para sair da distribuição de gás natural. A companhia planeja vender as participações acionárias que mantém em 19 distribuidoras estaduais de combustível no segundo semestre deste ano. O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, já afirmou que a ideia é fazer uma oferta pública de ações da Gaspetro, subsidiária que reúne as participações da estatal nas distribuidoras, numa operação parecida com a que privatizou a BR Distribuidora, em 2019.

A Petrobras controla a Gaspetro com 51% do capital e tem como sócia a japonesa Mitsui, dona dos outros 49%. De acordo com fontes, tudo indica que a Mitsui poderá acompanhar a estatal na oferta pública e também vender a sua parte. Para analistas de mercado, a venda conjunta atrairia um maior número de investidores e poderia envolver cerca de R\$ 4 bilhões.

Procuradas, a Petrobras e a Mitsui não quiseram se pronunciar sobre a negociação em torno do processo de venda da Gaspetro.

Rivaldo Moreira Neto, sócio da consultoria Gas Energy, considera fundamental a saída da Petrobras do setor de distribuição de gás para aumentar a competição e ajudar a reduzir o preço final do combustível:

—A saída da Petrobras vai dar independência na gestão das empresas. Será uma evolução importante do mercado. A Petrobras vai passar a ser mais uma competidora e não mais uma controladora de toda cadeia de negócios.

ESTADOS NO CONTROLE

Mas a privatização total dessas distribuidoras será mais difícil, uma vez que vários governos estaduais que as controlam se opõem à venda.

—A abertura do mercado é essencial. A discussão da legislação federal da lei do gás é importante, mas isso não vai adiantar em nada se o setor continuar concentrado como está. Qualquer oportunidade para diversificar o mercado, seja

com a Petrobras ou os governos estaduais saindo, favorece a concorrência e a redução do custo do gás no Brasil —destaca Giovani Loss, especialista em óleo e gás do Mattos Filho Advogados.

A Petrobras se comprometeu com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) a sair dos setores de transporte e distribuição de gás até 2021. Outro compromisso com a autarquia é a venda do controle da TBG, transportadora de gás que é dona do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) até 2021. A TBG é a última grande transportadora ainda controlada pela estatal.

A Petrobras também dará acesso a gasodutos de escoamento da produção de gás, a unidades de processamento, além do arrendamento de um terminal de gás natural liquefeito (GNL) na Bahia. A estatal já deu início neste ano ao processo de venda dos 10% restantes da rede de gasodutos TAG, que teve 90% vendidos à francesa Engie

VEÍCULO: O Globo

Data: 02/02/2020

Seção: O País

Autor: Camila Bastos

Título: Com lama, cidades de MG revivem tragédias

Após chuvas fortes, rejeitos sedimentados nos rios Doce e Paraobepa ressurgiram em municípios afetados por rompimentos de barragens

Além de causar mortes e deixar milhares de moradores desabrigados, as chuvas fortes que atingiram Minas Gerais reviveram a dor de dois dos maiores traumas do estado nos últimos anos: os rompimentos da barragem da Samarco, em Mariana, em 2015, e da Vale, em Brumadinho, no ano passado. A força das águas e os transbordamentos trouxeram à tona a lama contaminada que estava sedimentada no rios Doce e Paraobepa. No último dia 25, um ano após a maior tragédia socioambiental do país, Brumadinho acordou com as águas do Paraopeba invadindo a cidade. Exatamente um ano antes, o curso d'água recebeu os rejeitos de minério da barragem que se rompeu.

Atos de protesto e celebrações tiveram que ser remarcados na medida em que a água barrenta avançava sobre a estrutura montada para um evento religioso que aconteceria às margens do rio para homenagear as quase 300 vítimas. Nos últimos dias, os alagamentos afetaram diversas cidades cortadas pelo Paraopeba. — Nossas casas, nossas ruas foram invadidas pela lama. Como a gente temia, o crime se agravou e veio até nós. As famílias estão sofrendo muito, não só por perderem as casas, as roupas e os móveis, mas pelo risco de contaminação. A lama está no quintal delas, os animais estão tendo contato direto com a água

novamente — lamenta Joelisia Feitosa, que vive às margens do rio na cidade de Juatuba.

Em Pompéu, região Central do estado, foi preciso reabrir as portei­ras da hidrelétrica Retiro Baixo, que estocava parte das águas do Paraopeba. A estrutura é a última barreira antes do Rio São Francisco. — Essa foi uma atitude emergencial, tinha que ser feito. Agora, o medo é que os rejeitos que podiam estar sedimentados ali possam chegar até a Hidrelétrica de Três Marias —explica o geógrafo Rodrigo Lemos.

METAIS PESADOS

O Rio Doce, atingido pelo rompimento da Barragem de Fundão, também transbordou na última semana, trazendo medo para os moradores de Governador Valadares e também de Colatina e Linhares, no Espírito Santo. A volta das águas barrentas para dentro das casas de quem sofreu com o rompimento das barragens traz riscos para a saúde dos moradores. Além dos casos típicos de uma enchente, como doenças infecciosas e envenenamentos, os metais pesados contidos na lama de rejeito podem aumentar a probabilidade, a longo prazo, de diversos tipos de câncer, alerta Carla Jorge Machado, professora da Faculdade de Medicina de Minas Gerais:

— Muitos desses metais da lama de rejeito a gente ainda nem sabe o que pode causar, porque nunca foram estudados. Essas pessoas precisam de acompanhamento médico constante. Entre os problemas revividos pelos alagamentos, a professora destaca ainda o impacto na saúde mental dos atingidos: —É hoje o mais grave, porque as outras doenças são mais visíveis. As pessoas não conseguiram se recuperar de m trauma e já vem outro —diz Machado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 02/02/2020

Seção: Colunas

Autor: Samuel Pessôa

Título: A querela da geração distribuída

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e sócio da consultoria Reliance. É doutor em economia pela USP

Nas regras atuais, o consumidor-produtor de energia solar é subsidiado

Desde 2012, um gerador de energia solar pode colocar na rede o excesso de geração que tiver.

Funciona assim: quando gera para si, deixa de consumir da rede; o excedente de geração sobre o consumo próprio de energia é despachado na rede. Quando não gera, por ser noite ou por estar muito nublado, consome da rede, como qualquer consumidor.

A conta elétrica a ser paga pelo consumidor-produtor será calculada pelo excesso de consumo da rede sobre a energia despachada. A autoprodução não é cobrada.

Ou seja, a tarifa remunera a energia despachada para a rede igualmente à tarifa que é paga na energia consumida da rede, até o limite do que ele consome de energia da rede.

O problema é que, quando ele despacha a energia para a rede, o serviço que o consumidor-produtor realiza é somente a geração de energia. Como ele é remunerado pela tarifa cheia, e a tarifa cheia cobre outros custos além da geração, o consumidor-produtor é subsidiado.

Que custos são esses? Além da geração, a tarifa de energia elétrica embute o custo da transmissão, da distribuição, dos impostos e de subsídios cruzados.

Entre a pletora de subsídios cruzados, destacam-se: descontos para consumidores de fontes incentivadas; consumidores rurais e de baixa renda; e parte do custo da geração de energia por usinas a óleo para áreas do território brasileiro, em geral na região Norte, que estão desconectadas da rede nacional.

Assim, o subsídio que o consumidor-produtor recebe na energia que ele despacha na rede é dado pelo custo de transmissão, distribuição, impostos e subsídios cruzados. Se as condições de demanda estabelecerem que o consumo da energia despachada ocorra próximo do local de geração, o subsídio não abarcará o custo de transmissão.

A parcela da tarifa que o consumidor-produtor deixa de pagar (referente aos custos de transmissão, à distribuição e aos subsídios cruzados) acaba sendo rateada entre os consumidores que não são produtores de energia elétrica na próxima revisão tarifária, ou seja, trata-se de mais um subsídio cruzado na conta de luz.

O que me parece mais natural é que o consumidor-produtor seja remunerado somente pela geração. O subsídio deve ser eliminado. Entendo que essa medida reduzirá a velocidade de instalação de geração solar, mas não a impedirá.

Os juros mais baixos e o progresso tecnológico que tem reduzido o preço da tecnologia, além da enorme oferta de sol que temos no país, garantirão que, no tempo e na velocidade socialmente ótima, ocorrerá a instalação adequada dessa importante fonte de energia elétrica.

Se a sociedade decidir que vale a pena subsidiar a geração distribuída, em razão, por exemplo, da economia de carbono da energia solar, o ideal é que toda a conta do subsídio seja paga pelo Estado, na forma de um subsídio direto custeado por impostos gerais.

Há ainda um tema adicional. Se o custo de transmissão e distribuição da energia solar por autogeração distribuída for menor, devido à maior proximidade da geração de energia do local de consumo, deveríamos caminhar para um regime com tarifas distintas de acordo com a fonte de geração.

Evidentemente, o efeito tratado no parágrafo anterior somente ocorrerá se a autogeração distribuída reduzir a pressão sobre a rede de distribuição e de transmissão do sistema elétrico mesmo nos horários de pico, gerando, portanto, efetiva redução do uso da infraestrutura.

MME / ASCOM .